

ANÁLISE DE ÍNDICES EDUCACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

RAPHAELA DA SILVA MEDEIROS¹; CACIELE GUERCH GINDRI DE BASTOS²;
 RENATA PORTUGAL OLIVEIRA²; DÓRIS CRISTINA AZEVEDO BEIRSDORF³;
 ROBLEDO LIMA GIL²; RITA DE CÁSSIA MOREM CÓSSIO RODRIGUEZ⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – rapha.fluxo@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas; ³Escola Estadual de Ensino Médio Areal

cacielegendri@bol.com.br rzportugal@gmail.com jujudorf@hotmail.com robledogil@yahoo.com.br

⁴Universidade Federal de Pelotas– rita.cossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas que vem sendo implementadas na educação, com ênfase na educação básica, tem como foco principal a melhoria da qualidade do ensino. A análise de efetivação, na maior parte das vezes, se dá através dos índices obtidos por meio dos processos avaliativos, embora possamos questionar até que ponto podem se constituir em únicos indicadores. De acordo com Cóssio (2013), políticas educacionais são entendidas como um conjunto de programas e projetos que regulam e orientam o funcionamento das instituições de ensino e traduzem, implícita ou explicitamente, as concepções de seus formuladores.

O ensino médio, apesar de não ser ainda obrigatório, sofreu grande expansão, notadamente em decorrência das alterações do processo produtivo e, portanto, das exigências do mercado. Porém, nas últimas décadas, observou-se uma maior necessidade de diferentes habilidades e competências para se atuar no mundo do trabalho. Com isso, a proposta do ensino médio está passando por inúmeras transformações na busca de atender estas demandas. Conforme Ferreira (2001) explica algumas destas demandas e refere-se à Lei nº 12.061/2009 que universaliza o ensino médio gratuito,

o ensino médio não tinha caráter obrigatório e ficou em uma posição secundária no âmbito da política educacional do Ministério da Educação (MEC). Mesmo assim, o acesso ao ensino médio sofreu forte expansão ao longo período 1988-2007, com taxa de crescimento de 219% [IPEA, 2009], uma tendência mobilizada pela pressão do aumento do acesso ao ensino fundamental e pelas próprias exigências do mercado de trabalho. Mas a taxa de frequência líquida no ensino médio é ainda muito baixa, ficando em torno de 48%. Assim, a nova lei propõe um grande desafio para sociedade brasileira na luta pelo direito à educação básica no país (p. 519).

Este trabalho tem por objetivo relatar as ações realizadas no Projeto Observatório da Educação – UFPEL/CAPES intitulado “Interface Universidade e Educação Básica: possibilidades Inovadoras e qualidade do Ensino”. O subprojeto “Análise das Políticas Públicas e de seus impactos na qualidade do ensino na educação básica de Pelotas-RS.”, desenvolvido pelo grupo da Biologia em parceria com os grupos de Química e Matemática, objetiva desenvolver estudos sobre as políticas públicas para o Ensino Médio com vistas à análise dos impactos destas políticas na qualidade do Ensino. Em que pese a pesquisa abranger três coordenadorias regionais de educação, este trabalho apresentará dados coletados em uma das coordenadorias pesquisadas.

2. METODOLOGIA

A partir da proposta do sub-projeto 1 “Análise das Políticas públicas e os impactos na qualidade do ensino na educação básica de Pelotas – RS”, realizou-se um estudo exploratório-descritivo, constando de coleta dos principais índices de matrículas, reprovação, aprovação e evasão de três coordenadorias relativos ao Ensino Médio no ano de 2012, em escolas da rede Estadual de Ensino. Para o presente trabalho analisou-se os dados relativos à 5ª Coordenadoria Regional de Educação (5ª CRE) através de análises descritivas dos resultados. Os dados foram coletados a partir dos sites do portal INEP e SEDUC, organizados em tabelas elaboradas para este fim e apresentados em gráficos, descritos com base no referencial teórico de apoio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A 5ª. Coordenadoria Regional de Educação compreende os municípios de: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul e Turuçu, abrangendo uma população educacional na Educação Básica de 15.460 alunos e 49 escolas em 2012.

Destes, os dados a seguir apresentam indicadores importantes para a compreensão da realidade educacional da região, embora, como já referido, a qualidade do ensino não possa ser analisada somente através de índices, conforme Ferreira (2011) a democratização e qualidade do trabalho escolar dependem de vários fatores além da escola, exigindo para a mesma um plano de desenvolvimento social e econômico que proporcione uma autonomia a sua nação. Os dados apresentados a seguir traduzem pontos que podem estabelecer os nexos com as políticas e programas em desenvolvimento.

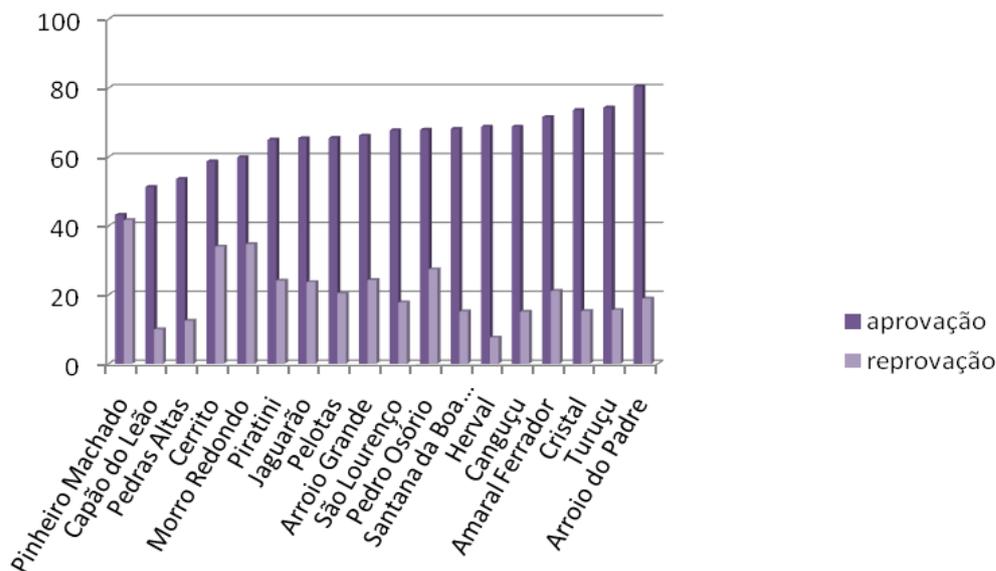
Tabela 1 – Índices populacionais e educacionais para cada uma das cidades de responsabilidade da 5ª CRE

Cidade	População (2010)	Nº de Escolas	Nº Docentes	Matrículas (2012)
Amaral Ferrador	6.353	1	19	313
Arroio do Padre	2.730	1	12	163
Arroio Grande	18.470	1	31	573
Canguçu	53.259	6	99	1424
Capão do Leão	24.298	1	33	673
Cerrito	6.402	2	38	265
Cristal	7.280	1	15	217
Herval	6.753	1	23	308
Jaguarão	27.939	3	60	760
Pedras Altas	2.212	1	8	58
Pedro Osório	7.811	1	26	236
Pelotas	328.275	21	550	7657
Pinheiro Machado	12.780	1	24	413
Piratini	19.841	2	50	695
Santana da Boa Vista	8.242	1	23	293
São Lourenço do Sul	43.111	4	100	1291
Turuçu	3.522	1	11	167

Fonte: Tabela construída a partir dos dados disponíveis no IBGE cidades¹.

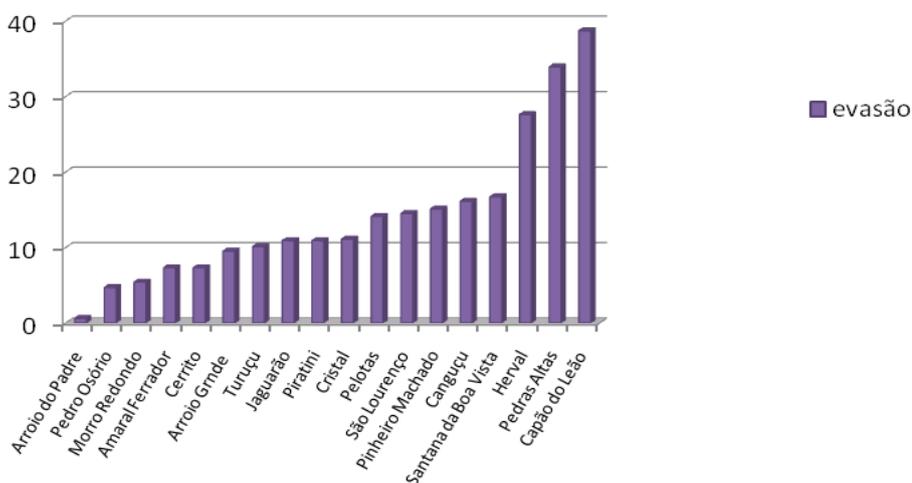
¹ Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

Gráfico 1 - Índices de aprovação/reprovação por município no ensino médio no ano de 2012



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados disponíveis nas páginas SEDUC e INEP².

Gráfico 2 - Índices de evasão por município no ensino médio no ano de 2012



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados disponíveis nas páginas SEDUC e INEP³.

Pode-se observar a partir dos dados apresentados que Pinheiro Machado tem os índices mais insatisfatórios ao contrário de Arroio do Padre que apresenta os melhores índices. Os municípios de Morro Redondo e Cerrito apresentam alto índice de reprovação ao contrário do município de Herval com a menor reprovação, já o município de Capão Leão tem o maior índice de evasão, porém não há dados suficientes para que tais números representem a realidade das escolas.

² Disponível respectivamente em <http://www.educacao.rs.gov.br> e <http://www.inep.gov.br/>

³ Disponível respectivamente em <http://www.educacao.rs.gov.br> e <http://www.inep.gov.br/>

De acordo com os índices populacionais, evidenciados na tabela 1, infere-se que as realidades de cada município são distintas conforme sua localização geográfica, cultura e economia.

Para Martins (2010),

Pode-se dizer que num país com dimensão continental como o Brasil, outros atores também interferem sobremaneira na implementação das políticas educacionais: professores comissionados e/ou técnicos de equipes centrais das esferas estaduais e municipais encarregados de fazer circular e materializar as diretrizes e programas do governo do qual são parte integrante. Estes últimos profissionais também interpretam o conjunto legal e normativo de acordo com as possibilidades de operacionalização regional e local, processo que envolve recursos (financeiros e humanos), materiais, além de quadros bem preparados para o relacionamento com professores das diversas redes de ensino etc (p. 41).

De acordo com a ideia do autor é possível afirmar que os indicadores aqui coletados não representam a realidade de cada escola e da rede em seu conjunto, mas podem, aliado ao diagnóstico institucional (avaliação), constituir-se em importante subsídio para a tomada de decisões em termos de políticas educacionais locais.

4. CONCLUSÕES

Como já foi referido, apesar dos indicadores de fluxo escolar servirem como parâmetro para as políticas educacionais implementadas, não se pode afirmar que estes, por si, representem a qualidade do ensino, bem como atendam as suas demandas por melhorias, porém são indicadores importantes para a análise das ações e implementações, e, principalmente, construção de ações locais, especialmente se acompanhadas de processos avaliativos institucionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÓSSIO, M. de F. Políticas Educacionais: organização e regulação da educação nacional. In: KUSS, A. V.; LÜDTKE, R. **O ensino de Biologia no contexto do Programa Novos Talentos/CAPES**. Pelotas: Cópias Santa Cruz Ltda, 2012. p.33-53.

FERREIRA, E. B. F. Ensino Médio no Brasil: os desafios das políticas de garantia do direito a sua universalização. **Linhas Críticas**, Universidade de Brasília, v. 17, n.34, p. 507-525, 2011.

MARTINS, Â. M. Estudos em políticas educacionais: uma discussão metodológica. In: MARTINS, Â. M.; WERLE, F. O. C. (orgs). **Políticas Educacionais: elementos para reflexão**. Porto Alegre: Redes Editora, 2010. p. 21-47.